

* Artigo Original

Um jornal no dissenso: o *Correio da Manhã* e a campanha contra a vacinação obrigatória

Wedencley Alves

Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, Brasil. Professor da UFJF, com doutorado em Linguística (UNICAMP, 2007) e mestrado em Comunicação (UFF, 2002). Desenvolve programa de pesquisas intitulado "Discursos na Mídia sobre o Bem e o Mal-Estar" - que abriga estudos acerca dos discursos na imprensa sobre o SUS, acerca dos sentidos e sujeitos da saúde mental em revistas de informação e questões relativas à relação entre mídia, juventude e violências. É professor do Mestrado em Comunicação da UFJF.
wedenn@yahoo.com.br

DOI: 10.3395/reciis.v6i4.Sup1.749pt

Resumo

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa que objetiva analisar como os discursos higienistas foram, por jornais do Rio, Minas e São Paulo, reproduzidos, refratados ou mesmo rejeitados durante o período conhecido hoje pelos historiadores como República Velha. O artigo traz a análise discursiva de textos do *Correio da Manhã*, jornal carioca, que se notabilizou por ser um dos principais opositores, na imprensa, dos governos Pereira Passos e Rodrigues Alves, patrocinadores tanto das reformas urbanas que mudaram a feição da então Capital Federal, quanto das novas posturas administrativas em relação ao combate das epidemias. O *Correio da Manhã* ocupou um lugar de destaque na imprensa às vésperas da Revolta da Vacina, em 1904, acontecimento histórico que significou a materialização traumática do confronto entre discursos distintos acerca dos procedimentos públicos de combate às epidemias. É desse período que tratamos.

Palavras-chave: Higienismo; Imprensa; Discurso

Introdução

O presente artigo expressa resultados parciais de uma pesquisa em andamento que pretende compreender discursivamente e em perspectiva comparada como os jornais do Rio de Janeiro (Capital), Minas Gerais (Juiz de Fora e Belo Horizonte) e São Paulo (Capital) formularam, fizeram circular e, mesmo, constituíram sentidos daquilo que ficou conhecido como movimento higienista/sanitarista brasileiro e, mais criticamente, como "higienismo social", na sua articulação com o ideário de modernidade e progresso que acompanhou o processo de urbanização no país.

A primeira etapa da pesquisa, no Rio de Janeiro, envolve a observação de quatro jornais: *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio*, alguns dos mais prestigiosos periódicos da capital fluminense. Neste texto, trazemos o acompanhamento de

edições do *Correio da Manhã* às vésperas da Revolta da Vacina, em outubro e novembro de 1904.

O período da pesquisa de fundo se estende de 1891, no limiar da República, até vésperas da Era Vargas, justamente, porque foi nestas quatro décadas que se desenvolveram mais acentuadamente os discursos higienistas no país, com suas vertentes, e variações, suas linhas mestras, e formações discursivas constitutivas.

1. Higienismo: o ponto de vista discursivo

Da segunda metade do século XIX ao início do XX, acentua-se a tendência a pensar a cidade – algumas cidades – como espaço social a ser medicalizado (FOUCAULT, 1998). Dentro disso, o higienismo ou sanitarianismo elevou à condição de autoridade urbana médicos e pensadores da medicina, submeteu a administração pública a preocupações com a contaminação e o contágio por doenças, pelo que, à época se chamava de micróbios, ou por hábitos considerados perniciosos de alguns grupos sociais.

Esta mentalidade médica e urbana tornou-se ainda mais presente com as repercussões no Brasil das novidades trazidas pela bacteriologia e pela parasitologia médica, que à época, se impunha como modelo epistêmico mais promissor do que a medicina tropical e as concepções que alimentavam as medidas e os temores da fase precedente do higienismo, como o conceito de miasma (EDLER, 1999).

O que pode parecer apenas uma re-evolução do pensamento médico trouxe conseqüências sociais surpreendentes. Como se disse acima, as medidas profiláticas alimentaram a ideologia de purificação da cidade, com iniciativas que, na maioria das vezes, voltaram-se para certos grupos sociais e certos modos de vida e certas estruturas habitacionais (CHALHOUB, 1996) .

A condenação dos cortiços como espaços sociais que punham em risco a saúde e a moral urbana é parte desse contexto histórico, em que foram combinadas campanhas sanitarianas eficazes, fundação de um consenso em relação aos perigos de contaminações e contágios por certas doenças como a febre amarela e a tuberculose, associação entre pesquisa médica e saúde pública, reformas urbanas ousadas, destruição de moradias precárias, expulsão de moradores de espaços urbanos e violência policial (BENCHIMOL, 1990; CHALHOUB, 1996; COSTA, 1985).

O modo como se deu a materialização urbana do discurso higienista ultrapassa qualquer tentativa de valoração simplificada: não há como acentuar, nas análises, iniciativas muitas vezes perversas contra os grupos sociais subalternos, silenciando ideais que revolucionaram a saúde pública daquele “imenso hospital”, como definiu certa vez o médico e sanitariano Miguel Pereira¹. Da mesma maneira, a aproximação entre cuidados médicos, pesquisas biológicas e intervenção urbana não deixou de se coadunar com o preconceito e a exclusão de grupos sociais, vistos como “perigosos”.

Compreender a plêiade de sentidos que compõem o discurso e as práticas higienistas da virada de século, evitando reduzir analiticamente suas contradições, é um cuidado que se deve ter,

¹ A frase foi proferida por Miguel Pereira, em discurso, já no ano de 1916, na Academia Brasileira de Medicina, de que era membro. Este, no entanto, parecia ser o sentimento das autoridades brasileiras desde meados do século anterior, quando começaram a despontar uma sucessão de epidemias, principalmente as de febre amarela e varíola.

para além das convicções de historiadores e sociólogos de um lado, e médicos sanitaristas de outro. Tendem os primeiros a acentuar o lado perverso das práticas de repressão que o movimento higienista motivou; tendem os segundos a naturalizar àquela pedagogia de massas, ainda que não neguem os exageros.

A complexidade do pensamento higienista se torna ainda maior quando se sabe, o que é consenso nas pesquisas históricas, que em sua sintaxe encontravam-se significantes que materializavam sentidos pré-construídos de discursos da modernidade, do progresso, e da inevitabilidade do saber científico (BRUZO, 1989). Convicções sobre "modernidade", "progresso", "ciência", "temores", "perigos reais e imaginários", "ideologias racistas" e sentimentos de inferioridade em relação aos padrões do "mundo civilizado" conjugaram-se, num todo discursivo, com tamanho efeito de coerência, que quase silenciou qualquer dissenso, não fossem as reações de setores populares da sociedade, como o evento da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, acontecimento histórico, cujas vésperas foram observadas nas edições do *Correio da Manhã*.

2. Questões para a análise

Numa de suas últimas obras, Pêcheux (1997) analisa o acontecimento discursivo, na sua relação com a materialidade linguística e o acontecimento histórico. De seu trabalho, depreende-se que não há necessárias coincidências entre o acontecimento discursivo, a materialidade linguística (estrutura) e o acontecimento histórico, compreendido aqui como ruptura de uma sequência qualquer. A Revolta da Vacina, a mais devastadora das revoltas que vinham tendo como palco várias cidades do país e principalmente o Rio de Janeiro, foi sem dúvida um acontecimento histórico, que ajudou a colocar em questão os procedimentos policiaescos das instituições na ação de medicalização da sociedade brasileira. Mas não representou uma ruptura discursiva, antes, pelo contrário, foi a própria materialização traumática de sentidos antagônicos acerca dos métodos de controle das epidemias, o cume de um processo discursivo que ganhou volume ao longo do ano de 1904. Essa é justamente a primeira constatação que pode ser feita, e, neste caso, o jornal *Correio da Manhã* torna-se uma ótima plataforma de observação.

Por outro lado, as materialidades linguísticas, gráficas e pictóricas do jornal apontam para uma intensificação de campanha contra as políticas públicas lideradas por Oswaldo Cruz, então chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública, como identificaremos mais à frente, mas não estão nestas páginas necessariamente o nascedouro do discurso de dissenso contra a vacinação obrigatória. São temporalidades distintas – a das linguagens, dos discursos e da história – que formam como que uma topologia da crise que terá seu clímax em novembro de 1904.

3. O *Correio da Manhã*: Gêneros e práticas discursivas

Identificamos no *Correio da Manhã*, os primeiros acordes de oposição às estratégias públicas de combate à varíola no segundo semestre do ano, no momento das discussões, no Senado e na Câmara dos Deputados, sobre a lei que instituiria a vacinação obrigatória. Trazemos para este trabalho, algumas marcas linguísticas e gráficas localizadas no jornal a partir do início de outubro. A oposição do jornal, em termos conceituais, sua posição-sujeito contrária à vacina,

enquadra-se, no entanto, em contexto discursivo mais amplo, a da própria oposição do jornal aos governos locais, e, mais estritamente, à reforma urbana como se dava naquele momento.

O jornal atém-se aos problemas de planejamento e os efeitos que as obras vinham tendo sobre a população, e, com frequência, o veículo se projetava como “a voz” daqueles que estavam sendo afetados pelas mudanças. Sabemos que, embora a reforma tenha atraído numerosos entusiastas, o discurso de rejeição ao que ficou conhecido como modernização do Rio, foi vocalizado por alguns jornais não simpáticos a Pereira Passos e/ou Rodrigues Alves, e, no caso do *Correio da Manhã*, bastante potencializado.

Em primeiro de outubro de 1904, um exemplo de antagonismo pode ser encontrado na crítica ao projeto da Avenida Central e às supostas irregularidades e arbitrariedades cometidas. Um dos personagens que enfrentou maior oposição neste período foi justamente o mentor das obras, o engenheiro Paulo de Frontin.

AVENIDA ERRADA

Erro sobre erro. O silêncio do ser. Frontin. Erro ou tramóia?

E, como dissemos, os prédios No. 13 da rua de Santo Antonio e 1, 3 e 5, da rua barão de São Gonçalo, também foram demolidos fora do edital (CORREIO DA MANHÃ, 01/10/1904)²

A marca linguística mais evidente é a permanência da vinheta (“Avenida Errada”, em caixa alta), em algumas edições seguintes:

AVENIDA ERRADA

O Correio pergunta: E o corte do morro do Castello? Pois não seria possível evital-o?

Efeito irônico sobre sr. Frontin que foi à Europa aprofundar-se no estudo de “avenidas”. (Correio da Manhã, 02/10/1904)

AVENIDA ERRADA

Ainda o perfil errado... Poças d’agua na Avenida. O sr. Frontin emprazado....Erro ou tramóia? (idem, 03/10/1904)

AVENIDA ERRADA

Confirma-se o que dissemos... O perfil continua a não aparecer...O muro de arrimo...O sr. Frontin em silencio – Erro ou tramóia? (Idem, 04/10/1904)

Uma observação sobre os gêneros textuais jornalísticos deve ser feita neste momento. A configuração genérica no alvorecer do século XX é bem diversa do que estamos acostumados a encontrar nos jornais atuais. De longe, num primeiro momento, poderíamos projetar práticas discursivas caóticas, improvisadas, ou sem hierarquização e planejamento. Não é bem assim, e boa parte deste imaginário sobre o passado, com jornais necessariamente sensacionalistas e

² Nesta e nas demais citações analisadas, procuramos ser fiéis ao texto original, mesmo que nele identificássemos incorreções gráficas e/ou gramaticais. Também são mantidas, conforme no original, as características tipográficas, como o uso de certas rubricas em maiúsculas, e outras em minúsculas.

mal cuidados do ponto de vista estético é mais uma formulação do discurso de autolegitimação do jornalismo de modelo americano.

Outras linguagens, outros gêneros e outras práticas discursivas estão em jogo, e é preciso compreender estes jornais dentro de sua própria lógica simbólica.

O Correio da Manhã trabalha com uma pluralidade de gêneros, entre os quais podemos destacar: notas (que, por sua vez, se subdividem, em notas críticas, humorísticas ou não, informativas e reflexivas), notícias, comunicados, artigos de opinião, charges, quadrinhas e informes publicitários (na falta de uma designação melhor). Pode parecer estranho incluir quadrinhas e informes publicitários entre os gêneros jornalísticos da época, mas as quadras faziam parte dos gêneros críticos, e estavam associadas quase sempre aos fatos do dia, assim como as charges. Quanto aos informes, muitas vezes vinham no decorrer do jornal, sem uma separação explícita que lhe indicasse como propaganda de produtos.³

É a partir dos gêneros *notas críticas*, *quadrinhas* e *charges*, que encontramos os vestígios mais fortes de uma certa univocidade discursiva⁴ do jornal em sua oposição aos governos locais, às reformas desencadeadas por eles, e às políticas públicas de saúde da época.

No dia 01 de outubro daquele ano, uma charge, ocupando a parte superior da primeira página, quinta e sexta colunas, ganhava o título *A Vacinação. A Lei foi feita para os pequenos. Um Monumento gothico*, satirizando um suposto monumento, que representaria a legitimidade histórica do método de imunização. Em baixo dele, um personagem, aparentando simplicidade, de dedo no queixo, olhando para cima, diante do obelisco.

Há uma relação de intertextualidade evidente entre charges como estas e as notas humorísticas:

Pingos e Respingos

- Quem é aquelle senhor?

- É o André, André de tal...

- André Edital? Então é ao Frontin (sobre André Gustavo Paulo de Frontin) (Idem, 01/10/1904)

A nossa pesquisa, em relação ao *Correio da Manhã*, acompanhou preferencialmente a primeira página, justamente, salvo algumas poucas exceções, porque foi neste espaço que o jornal se empenhou em articular o discurso anti-obrigatoriedade e anti-reforma. Neste espaço, é que apareceu boa parte daqueles gêneros citados, mobilizados para a crítica. Uma curiosidade para a nossa época é o fato de quadrinhas e notas humorísticas aparecerem em primeira página, assim como os artigos do médico e parlamentar Brício Filho, um tenaz opositor da política da obrigatoriedade, e articulista preferencial do jornal para o combate. Esta aparição de elementos de humor ao lado de artigos com forte retórica de contestação mostra, mais do que falta de hierarquização, o lugar do humor nas práticas discursivas do jornalismo da época. Em nenhum momento, mesmo nos momentos mais dramáticos de novembro, as notas

³ Não é muito diferente hoje quando se lê seções de informação sobre tecnologia e produtos nos jornais e nas revistas.

⁴ Na verdade o "efeito de autoria", de estabilização de sentido, que faz do veículo o autor, e não um espaço de autores.

humorísticas, as charges e as quadrinhas deixam de aparecer. As notas humorísticas, acompanhadas ou não de charges, apareciam, em geral, na seção Pingos e Respingos.

PINGOS E RESPINGOS

Para que servirá o paredão da Avenida?

Naturalmente, para que fixassem nelle os editaes do Frontin

- Então a rua do Ouvidor vae ficar abaixo do nível?

- Sim; os constructores do eixo querem que Ella fique á sua imagem e semelhança.
(02/10/1904)

PINGOS E RESPINGOS

OS REQUINTADOS. TRÊS "DOUTORES".

- ASH! Fulano agora está muito bem. Empregou-se no desvio.

- ?

- Sim, no desvio dos cofres públicos (Idem, 07/10/1904)

Desde sua fundação, em 1901, o jornal de Edmundo Bittencourt projetava-se como a voz da população desprivilegiada da cidade. Recorre a um efeito de arquivo para reafirmar esta condição no dia 11 de outubro, quando a Câmara Municipal aprovou o aumento das passagens dos bondes, que anos antes, tinha gerado um das revoltas que viriam acontecer no período (Pereira, 2002). É desse lugar, que o *Correio*, projetando no leitor a necessidade de um veículo que o vocalizasse, e se auto-projetando como este espaço de vocalização, sem, no entanto, abrir-se para a própria expressão popular, fala tanto em relação às críticas aos governos locais, quanto em relação aos processos públicos de reforma urbana e combate às epidemias.

AUGMENTO DE PASSAGENS (decisão tomada pelo Conselho Municipal)

O *Correio da Manhã* apparecia, naquelles dias sombrios de junho de 1901, quebrando o applauso da imprensa ao governo de então: uma das primeiras campanhas em que teve de entrar foi essa que trazia o povo espingardeado pelas ruas da cidade. (...)

Hontem, como Hoje, a nossa penna conservar-se-à fiel e intransigente, ao lado dos espoliados, affrontando com todas as energias o assalto dos que se apoderam das posições para trahir os interesses do povo. (Idem, 11/10/1904)

Mas é nos artigos de opinião e nos artigos não assinados, da redação, que a posição do jornal contra as reformas, e, principalmente, contra a obrigatoriedade da vacina ganha corpo – corpo material lingüístico. A partir de agora, passamos a nos debruçar especificamente sobre os textos, e como estes delineiam um percurso de sentido, que atualiza desde discursos políticos, jurídicos até médico-científicos.

4. Lutas verbais e memórias discursivas

No segundo semestre de 1994, o Legislativo nacional dera início às discussões acerca da Lei de Obrigatoriedade da Vacinação, primeiro no Senado e, posteriormente, na Câmara. Nas duas casas, a tendência era francamente favorável ao Governo Federal, que discutia, primeiro, a aplicação da lei à Capital, e, posteriormente, a extensão a todo o país. Havia certeza nos círculos governamentais de que a lei passaria, tanto que, mesmo antes, da aprovação no Legislativo, detectava-se intensa movimentação de autoridades ligadas à segurança pública no Palácio do Catete.

Discursivamente, o *Correio da Manhã* movimentava-se para associar as medidas do Sr Cruz (como o veículo se referia a Oswaldo Cruz) à violência contra a população. O significante *violência* apareceria quase que diariamente relacionado às medidas sanitárias, e aos preparativos para a execução da lei. Neste momento, início de outubro, o Correio pouco duvidava de que os governos Federal e da Capital fossem bem sucedidos no Legislativo.

(O governo) que só atendeu ao director de Saúde Publica que, para obter da população a observância dos preceitos hygienicos, não confia si não na violência e na brutalidade. Não ha outros processos – dizem o Sr. Cruz e seus asseclas – para um povo atrazado como este.

Não é licito ter ilusões sobre a sorte do projecto da terceira discussão. A Camara ha de aprovál-o como quiser o governo, embora divorciando-se cada vez mais do sentimento público. O presidente ha de sancionar a nova lei imediatamente, expedindo, em acto contínuo, respectivo regulamento. Dentro de poucos dias, teremos que assistir à invasão dos esbirros (?) do sr. Cruz nas casas dos cidadãos que não estejam nas boas graças do governo, para, à força, vaccinál-os e à sua família. Para os poderosos e para os amigos do governo não haverá, entretanto, vaccinação obrigatória, como não ha hoje as desinfecções, as fumigações, os expurgos violentamente praticados pelos servos do Santo Officio da Tortura Publica. As leis draconianas não são feitas para gente de alto cothurno. Os magnatas da República seguem os preceitos hygienicos que bem querem. Que os incomode a autoridade sanitaria que, si pó ventura se mette a contrariál-os, recebe logo uma carta do ministro do interior, prevenindo-a de que são sagradas tão altas personalidades. (*Correio da Manhã*, 01/10/1904)

O *Correio da Manhã*, portanto, atualiza duas memórias discursivas: aquela que aponta para a desconfiança dos métodos da República, vistos como injustos e desiguais, e aquela outra que aponta para experiências recentes de violência policial em questões de políticas públicas – como diante das manifestações contra aumentos de passagem. O jornal também recuperava, discursivamente, procedimentos tidos como arbitrários na própria aplicação de medidas higienizadoras, de que a reforma urbana é, talvez, o acontecimento histórico mais importante.

Cinco dias depois, o veículo tentava confirmar, a partir de uma reunião ocorrida no Palácio do Catete, a suspeita de que as intervenções poderiam ocorrer sob o uso de força desigual. Mas lança dúvidas de que militares pudessem executar as ordens. O jornal, então, em certo momento, deixa de falar à população – embora se dirija ao seu leitor costumeiro – e passa à convocação velada de uma resistência dentro das fileiras do Exército.

Preparativos para a violência?

Hontem, às 2 horas da tarde, no salão de honra da secretaria da justiça, realizou-se uma conferencia reservada entre os ministros do interior, da guerra e o chefe de policia, finda a qual o sr. SEABRA partiu para o palácio do Cattete, onde conversou demoradamente com o presidente da Republica. Por seu lado, o marechal Argollo, logo que chegou ao quartel general, mandou chamar os generaes Costallat e Marinho, com os quaes teve também longa e reservada conferencia.

Todo esse movimento, segundo fomos informados, prende-se às providências que vão ser tomadas ao ser decretada a vaccinação e revaccinação obrigatorias, cuja 3ª discussão foi hontem encerrada, e está pronta em vespuras de ser tornada lei entre nós.

Por ahi se pôde calcular o que pretende fazer o governo para impor ao povo brasileiro a odiosa medida, contra a qual se têm manifestado todas as classes do paiz. (...)

O povo e sobretudo o operariado, prepare-se para sofrer as violencias que estão sendo combinadas, mas com a alma e o coração tranqüilos quanto á intervenção do Exército nesse plano aterrorizador.

Aquelles que soffrem a indiferença e os desvarios do governo não descerão a servil—lo para attentar contra a liberdade e a os direitos de um povo, que com elles está irmanado pela dor, que a todos acabranha nesse pungitivo momento por que atravessa essa pátria infeliz. (Correio da Manhã, 06/10/1904)

Em 7 de outubro, o *Correio* anunciava a estréia para o dia seguinte da coluna do médico e deputado federal Brício Filho, que serviria como uma voz autorizada para a campanha do jornal contra a obrigatoriedade da vacina. No anúncio, o veículo diria que o novo articulista demonstraria os perigos da vacina que, em alguns casos, "poderia levar até a morte".

Junta-se, portanto, ao significante *violência*, outro ainda mais contundente e ameaçador: os riscos de *morte*, o que faz com o jornal, já não confiando no debate legislativo, passe à tentativa de produção de afetos, como medo e sentimento de revolta. O artigo abaixo produz efeitos de ironia sobre as explicações do governo de que as medidas evitariam as mortes causadas pelas epidemias. Na reversão de sentido que é própria ao efeito de ironia, o que era um sintagma formulado ("vacina ou morte") para produzir confiança na população acaba por aparecer como marca linguística própria de um discurso alarmista

VACCINA OU MORTE

O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste paiz. A vaccinação e revaccinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os cantos e que foi ecoar na Camara dos Deputados atravez de diversas representações assignadas por milhares de pessoas. Da posse desta clava, que o incondicionalismo bajulador e mesbreiro preparou, vae o governo do sr. Rodrigues Alves saber si o povo brasileiro já se acanhou ao ponto de abrir as portas do lar á violência ou si conserva ainda as tradições de brio e da dignidade com que, da monarchia democrática passou a esta Republica de iniquidades e privilégios.

O attentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o patrimonio de cada cidadão: pretende se esmagar a liberdade individual sob a força bruta, transformar o domicilio, santuario que a Constituição garante inviolável, em valhacouto de canalhas, onde os esbirros policiaes ha de floretear o cacete e manejar a laracha para abrir campo à hygiene official; pensa-se em reduzir a família brasileira a um conjuncto de entes indefesos, obrigando-a a

ficar sob a ameaça iminente da morte, resultante dos mesmos descuidos e irreflexões que já cortaram a existência a infelizes desamparados.

Executar semelhante lei é condenar todo um povo à mais humilhante das degradações, é ferir-o no que elle tem de mais sensível para, provocando-lhe a cólera, saber si é capaz de reagir contra a decretação da própria escravatura. Vexames da ordem desses, (ou) se aniquilam de vez os direitos de uma sociedade inteira, ou servem para, despertando-lhe os sentimentos adormecidos, dar inicio à sua completa libertação. (Idem, 08/10/1904)

A disposição do jornal para lançar-se como plataforma de convocação de uma revolta popular é clara, até quando percebe alguma demora nas mobilizações contra a vacinação. Na edição do sábado, 09 de outubro, o jornal reclama explicitamente "da fraqueza do povo, que não se subleva".

Uma das figuras, a mais atacada no jornal naquele momento é o chefe do Departamento de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, e é o deputado Brício Filho que evoca o que ele chama de distanciamento entre as práticas laboratoriais do sanitarista e a medicina de beira de leito. No espaço simbólico do jornal, materializar-se-ia a contradição entre discursos que ganhavam corpo na medicina da época.

VACCINAÇÃO OBRIGATORIA

Logo que se fez doutor, teve o moço forte bafejo da fortuna e célere zarpou para os centros scientificos do velho mundo onde, com uma tenacidade digna de registro, entrou a fundo nas pesquisas da bacteriologia, conheceu minuciosamente todos os caldos de cultura, praticou com afinco a preparação dos sôros e mais productos injectaveis, e tornou aos pátrios lares, sempre actuando dentro dos limites da mesma especialidade.

Aqui, continuou como bacteriologista, não se atirou aos lances da clinica, não se abeirou dos leitos dos doentes, não se habituou a sentir as dores dos enfermos, não testemunhou as angustiosas scenas das casas onde se adoce, e não adquiriu essa larga experiência tão neccessaria ao facultativo para, quando chamado a diretor de departamentos da hygiene publica, estar em condições de pesar as circunstancias, de soffrear os ímpetos de mando, só propondo medidas estrictamente indispensaveis, lembrando-se de que, si pó um lado tem o dever de resguardar a saúde da collectividade, por outro precisa, manobrar com cautela, preso ao respeito que reclamara o lar onde rebente a moléstia de notificação compulsória, escravizado à observância das garantias que a Constituição estabelece. (Correio da Manhã, 10/10/1904, assinado por Brício Filho)

O chamado à resistência (em artigos, notas, charges) e os argumentos que buscavam pôr em dúvida a eficácia da vacina e o consenso médico (argumentos arquitetados, principalmente, por Brício Filho) prosseguiram por todo o mês de outubro até a segunda semana de novembro, quando eclodiu a revolta. No dia 13 de outubro, o jornal convocaria os leitores a passar na portaria da redação para ver a foto de uma vítima da vacina.

OS PERIGOS DA VACCINA

Retrato de uma vítima

Acha-se em exposição à porta do Correio da Manhã, para que o publico possa bem avaliar do que está arriscado com a vacinação obrigatória, o retrato de uma das muitas victimas da vaccina, publicado no supplemento do numero de setembro deste anno, do periódico The Liberator.

A proposito desse caso escreve aquelle periodico o seguinte, cujo texto em inglez, expomos também ao lado do retrato.

O retrato é de Benajmin F. Olewine, fallecido aos 23 annos de idade, em 23 de julho de 1897, na rua 11, n. 304, em Altvona.

“Foi vaccinado dois annos e meio antes da sua morte. Quando soffreu a vaccinação, a sua pelle era lisa e limpa, macia e bella, e elle, além disso, gosava de perfeita saúde. Mas, contemplai attentamente o seu retrato, e vêde o miserrimo estado a que chegou posteriormente. E qual a causa dessa assombrosa mudança? Qual? Simplesmente a vaccinação, o grande destruidor da felicidade humana, da saúde humana e da vida humana. A vaccinação, a propagadora por todos os modos da moléstia immunda, o monstro que pollúe o sangue inocente e puro de nossos filhos com as vis excreções expellidas de animaes mórbidos, e de natureza a contaminar o systema de qualquer ente vivo”. (Correio da Manhã, 13/10/1904)

A passagem mostra que os temores em relação aos efeitos da vacinação não se limitavam ao contexto nacional. Curiosamente, o discurso alarmista do *Correio* era compartilhado por outros veículos de comunicação mesmo no velho mundo, o que também serviria como legitimação e como modo de desestabilização de pré-construídos que apareceriam em torno da eficácia da vacina. O espaço ocupado por Brício Filho neste momento é modalizador: sendo favorável à vacinação, ele se contraponha, no entanto, à obrigatoriedade.

Contra o chamado “Código de Torturas”, o jornal moveu todas as armas retóricas e discursivas. Desde associar a vacinação à violência e ao risco de morte até mobilizar discursos médicos que punham em dúvida a legitimidade das medidas, desde criticar a desigualdade no trato com os grupos sociais, até produzir o alarme contra a desonra da família, o apelo diário do *Correio da Manhã*, quando mais se aproximava o momento de o governo pôr em prática a campanha, mais se tornava inflamado. Em 05 de novembro, o apelo à resistência popular se explicita:

APELLO AO POVO

Contra a vaccinação obrigatoria

Consumou-se a iniquidade. O presidente da república acaba de sancionar o decreto legislativo que torna obrigatoria a vaccinação em todo o território brasileiro.

Nunca foi tão clamoroso o descaso pela opinião pública. De nada valeram os reiterados protestos do povo desta capital contra a despótica medida pelo governo, encomendada ao legislativo.

Mas não se esgotaram ainda todos os recursos. Um meio digno resta-nos ainda para conseguirmos eliminar em breve, da legislação republicana, o inconstitucional decreto com que o governo acaba de affrontar o espírito liberal da nação.

Em favor desse alvitre fala bem alto o exemplo da Inglaterra, dos dias invocados pelos nossos doutores constitucionais. La, como em toda a parte, o medicalismo conseguiu um dia dos delegados do povo a lei da vaccinação obrigatoria. (Contra) ella protestaram as tradições liberaes da elite britannica e o conjuncto do proletariado, o mais seriamente ameaçado pelo inoquo decreto parlamentar.

...

Sigamos (*ilegível*) o exemplo da Inglaterra e muito breve veremos revogada o infamante decreto que o presidente da República houve por bem sancionar (Idem, 05/11/1904).

Apesar do insistente apelo à população e às referências ao clamor popular, somente no dia 06 de novembro aparecem, no jornal, informações sobre mobilizações contra a vacinação. Mobilizações, no entanto, já organizadas pela *Liga Contra a Vacinação Obrigatória*, o que mostra que a insatisfação de parte da sociedade era referida, mas não vocalizada. Por uma prática discursiva própria dos jornais da época, as entrevistas com populares não eram ainda uma realidade, não havia espaços destacados para publicação de cartas, nem eram muito comuns o intenso trabalho de apuração nas ruas. Há poucos dias antes do acontecimento histórico da Revolta da Vacina, o jornal inscreve-se discursivamente como o veículo líder da resistência e passa a noticiar e legitimar a mobilização de sindicatos e populares.

São dias dramáticos, que vão culminar com prisões, confrontos, e o próprio empastelamento do jornal, que ficaria durante o restante do mês de novembro sem circular. Um espaço privilegiado deste momento no jornal são as chamadas para os acontecimentos que se seguiram entre 06 e 10 de novembro:

LIGA CONTRA A VACCINAÇÃO OBRITATORIA

A REUNIÃO DE HONTEM NO Centro das classes operarias, discursos de protestos, indignação popular, duas mil pessoas. A gala, movimentação policial, manifestação ao Correio da Manhã, a fundação da liga e sua prectoria, varias notas. (Idem, 06/11/1904)

AGITAÇÃO HONROSA..

Atmosphera de apreensões que a lei da vacinação obrigatória está causando no espírito publico. (Idem, 09/11/1904)

A LEI DO ARRÔCHO

Regulamento monstruoso

Ultraje ao povo...Invasão do lar e das casas de commercio...novo registro civil...addendo à reforma eleitoral...condição para o casamento... pátriotismo experimentado na vaccina ... exercito, armada e guarda nacional...o funcionamento publico...os operários e os mestres de obras...as casas de commodos. Os hotéis e as estalagens...quem não for vaccinado tem de morar na rua...condição para ser creado...muitas sobre multas...terra de milhões...insensatez ou loucura? (Idem, 10/11/1904).

Considerações finais

Um das motivações da presente pesquisa vem sendo entender o lugar da imprensa numa sociedade ainda sem os fenômenos da mídia eletrônica de massa. Contraditoriamente, é nesse período, sem mídia de massa, que podemos localizar um momento importante da construção das identidades nacionais, e do aparecimento de discursos fundadores da modernização de cidades brasileiras, sob o paradigma inicialmente surgido na França.

Uma outra questão intrigante que nos mobiliza é compreender se o processo de formulação midiática necessariamente refrata os sentidos constituídos em outros âmbitos, ou os

deslocamentos deixam de ser relevantes na transposição de um discurso (no nosso caso, o discurso médico/administrativo) a outro (neste caso, o jornalístico conforme praticado na passagem do século XIX para o século XX).

Apesar da pesquisa em andamento apontar para um período específico da história – a Primeira República ou República Velha – e para uma temática definida – o discurso higienista – o entendimento dos processos de refração/repetição dos discursos outros pelo jornalismo é bem produtivo para a compreensão dos fenômenos comunicacionais.

O lugar do discurso higienista na fundação do imaginário moderno brasileiro sobre o corpo saudável e o corpo doente, a relação entre corpo social, raça, classe e gênero; o corpo submissível à violência, e o corpo imune a ela; a produção dos sentidos de repulsa e acolhimento, pena e nojo, são alguns dos temas que tornam a atual pesquisa extremamente intrigante para a compreensão da ação da imprensa naquele momento da história e sobre nossas sensibilidades contemporâneas.

O presente artigo antecipa algumas destas questões.

Referências

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

BRUZO, Cristina. **Em nome da saúde... da ordem e do progresso** : discurso e pratica dos médicos do serviço sanitário : século XIX / paulista no final do século XIX. 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1 out. 1904- 10 nov. 1904.

COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

EDLER, Flavio C. **A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 1984,

PEREIRA, L. A. de M. **As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Recebido em: 24/01/2013

Aceito em: 14/02/2013